

Sindjus-DF e Agepoljus se reúnem com SG do CNJ para trabalhar a aprovação da Polícia do Poder Judiciário

Empenhados em garantir a aprovação no plenário do Conselho Nacional de Justiça da criação da Polícia Institucional do Poder Judiciário, Sindjus-DF e Agepoljus, representados pelos coordenadores Costa Neto e Roniel Andrade, reuniram-se nesta quinta-feira (27/8) pela manhã com o secretário-geral do CNJ, desembargador Carlos Vieira von Adamek, para tratar da matéria que está pautada para o dia 1º de setembro, conforme já divulgado em primeira mão pelo Sindicato.

A reunião aconteceu em reconhecimento à longa e intensa atuação desenvolvida de forma conjunta pelo Sindjus-DF e Agepoljus, que foram as responsáveis por formular anteprojeto de lei (dentro do que foi aprovado pela categoria), entregando-o em mãos ao presidente Dias Toffoli, e motivar toda essa discussão que está acontecendo no CNJ. Se não fosse pela atuação dessas duas entidades, que abraçaram essa cau-



sa com convicção e se comprometeram com a efetiva valorização dos agentes de segurança, nada disso seria possível.

Os dirigentes enfatizaram a importância desse tema ser votado e aprovado no dia 1º de setembro, coroando assim uma jornada que contou com inúmeras reuniões, seminários, estudos, petição virtual e abaixo-assinado, memoriais, ofícios e acompanhamentos de sessões.

Adamek pontuou que a Polícia Judicial é um compromisso do presidente Dias Toffoli, que foi firmado com as entidades e com a categoria, o qual ele está cumprindo. Segundo o SG, ao que tudo indica, a proposta atende ao que está sendo reivindicado pela categoria.

“Estamos felizes. Atuando em várias frentes, fizemos tudo o que podíamos para garantir a viabilização da Polícia do Poder Judiciário. A parceria Sindjus-DF/ Agepoljus foi um sucesso e tem tudo para conquistar uma vitória não só para a nossa categoria, mas para todo o Poder Judiciário. Vamos seguir articulando e acompanhando tudo o que diz respeito a essa apreciação, e depois lutar no Congresso Nacional com todas as nossas forças para transformar mais esse sonho em realidade”, afirmou o Coordenador Jurídico do Sindjus-DF e Presidente da Agepoljus, Roniel Andrade.

Comissão de Carreira

Após os dirigentes explanarem e defenderem o encaminhamento dos principais tópicos acerca das demandas da categoria (Reposição salarial, Direito de advogar, Reenquadramento dos Auxiliares, cumulação de GAS com FC, Elevação dos AQ's, entre outros, e o encaminhamento direto do NS para o plenário do CNJ e envio de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional), Adamek frisou que todas essas questões e a Comissão serão objeto da próxima Administração, na gestão do ministro Luiz Fux.

Dessa forma, o Sindjus-DF aguardará o início da nova gestão do CNJ para se reunir com o novo presidente objetivando debater e encaminhar os diversos temas de interesse da categoria.

“A instalação da Comissão de Carreira representa um grande avanço na discussão acerca das demandas urgentes e prioritárias da categoria, mas é preciso dar continuidade à construção dessa ferramenta na nova gestão do CNJ, que será presidida pelo ministro Luiz Fux. O Sindjus-DF se empenhará nesse sentido e fará a interlocução necessária para que a Comissão de Carreira se efetive na gestão Fux, possibilitando que nossas demandas sejam encaminhadas,” frisou Costa Neto, Coordenador-geral do Sindjus-DF.

Ampliada da Fenajufe é dominada por discussão política e pouca produtividade: estratégias, calendário de lutas e Fundo de Greve mais uma vez não foram apreciados

No último sábado (22/08), 140 participantes (delegados e observadores) de 19 sindicatos participaram da Ampliada da Fenajufe, que pela primeira vez na história ocorreu de forma virtual.

A reunião iniciou pelo debate sobre Conjuntura, que contou com a participação do assessor e consultor de entidades sindicais Vladimir Nepomuceno e da doutora em desenvolvimento econômico pela Unicamp, Marilane Teixeira, que trouxeram importantes contribuições para a compreensão do atual cenário de ataques vividos pelos servidores públicos.

Todavia, como um triste prenúncio do que estava por vir, no decorrer da exposição, um dos palestrantes foi interpelado de maneira deselegante e desrespeitosa por duas delegadas participantes da Ampliada, episódio que constrangeu a todos os presentes.

O fato ainda mais triste foi que depois de 14 horas de discursos repetitivos, com pouca objetividade e constantes agressões verbais desferidas por militantes de conhecidos grupos políticos-partidários contra colegas delegados legitimamente eleitos em sua base, foram votadas somente duas propostas:

- 1) Fora Bolsonaro!
- 2) Construção das condições para realização de Greve Sanitária.

A proposta, oriunda da base do Sindjus-DF, para que a diretoria da Fenajufe cumpra o Estatuto da entidade (art. 33, parágrafo 3º) e constitua definitivamente o Fundo de Greve, a fim de reservar os recursos necessários para promover a luta contra a Reforma Administrativa e os constantes e atuais ataques aos servidores públicos, em especial, aos servidores do PJU/MPU, foi rejeitada de plano pela mesa que coordenava o evento. Os delegados do DF subscritores da proposta apresen-

taram recurso contra a decisão da mesa, todavia tal recurso nem sequer foi colocado em votação, sendo relegado para apreciação futura.

Diante desse cenário, ficam os seguintes questionamentos:

por que os grupos majoritários na diretoria da Fenajufe se negam a cumprir o Estatuto e constituir o Fundo de Greve?

para que está servindo o dinheiro que, com muito esforço, as entidades filiadas repassam à Fenajufe?

por que a diretoria da Fenajufe não consultou nem sequer informou às entidades filiadas sobre a aquisição de um imóvel situado em frente à atual sede, que custará quase 2 milhões de reais aos cofres da entidade?

Não dá mais para suportar tamanho desrespeito e descaso com a categoria e as entidades filiadas!

Nesse sentido, o Sindjus-DF, que paga quase 1 milhão de reais por ano para a Fenajufe, vem cobrar a diretoria da Federação e conclama a todos a exigir o cumprimento do Estatuto com a imediata instituição do Fundo de Greve da entidade.

É hora de os sindicatos filiados exercerem o seu papel e cobrar mais ação, transparência e responsabilidade da diretoria da Fenajufe na correta utilização dos recursos da entidade, bem como no cumprimento do Estatuto da Federação.

**FUNDO DE
GREVE DA
FENAJUFE JÁ!**



Sindjus-DF atua junto à PGR em defesa da categoria e debate teletrabalho, carreira, recomposição salarial e outros temas com o SG

De forma virtual, o Sindjus-DF e outras entidades estão se reunindo periodicamente com o Secretário-geral Adjunto da PGR, Maurício Andreiuolo, para tratar de diversos temas de interesse da categoria, conforme definido em reunião com o Procurador-Geral da República, Augusto Aras, em audiência realizada no dia 07 de agosto. De lá para cá, já aconteceram duas reuniões com o SG, mais precisamente nos dias 13 e 20 de agosto, e muita coisa está sendo encaminhada.

Teletrabalho

As entidades têm defendido a continuidade do teletrabalho e a imediata revogação da Portaria 118, argumentando que o retorno nas atuais condições colocaria em risco a saúde dos servidores e membros do MPU. Andreiuolo também manifestou preocupação com a gravidade da pandemia ainda nos dias de hoje e ficou de encaminhar essa questão ao PGR.

Comissão de Carreira

Foi solicitado o retorno dos trabalhos e inclusão das entidades representativas na Comissão de estudos do PL de carreira. Os dirigentes explicaram que a continuidade dessas discussões deve se dar em caráter de urgência.

Na última reunião (20/8), ficou acertado que o SG vai resgatar o relatório final da Comissão de Carreira e repassar para as entidades de modo a permitir que os pontos já aprovados possam ser repassados ao PGR para conhecimento e encaminhamento.

Segundo informado por Andreiuolo, o PGR prefere continuar a interlocução direta com as entidades sem intermediários.

O Sindjus-DF e as entidades participantes solicitaram o envio ao Congresso de anteprojeto de Carreira, inserindo NS para Técnicos, elevação dos AQ, direito de advogar, entre outros temas.

“Nas reuniões, discutiu-se também a importância de se definir prazos para discussão e encaminhamento dos temas de Carreira, de modo que possamos viabilizar esse anteprojeto de lei o mais rápido possível, pois teremos pela frente uma grande batalha no Congresso Nacional para garantir sua aprovação. As entidades solicitaram acesso prévio ao orçamento anual do MPU para poder antecipar os estudos e fundamentar propostas que beneficiem os servidores”, afirmou o coordenador-geral do Sindjus-DF, Costa Neto.

Reajuste

O Sindjus-DF defendeu o envio de um anteprojeto de lei

ao Congresso Nacional dispondo sobre a reposição inflacionária dos servidores. O SG informou que ainda aguarda definição do PGR sobre esse tema. O coordenador-geral do Sindjus-DF, Costa Neto, apresentou dados atualizados das perdas salariais dos últimos anos até março de 2020, conforme estudo feito pelo economista Washington Moura, afirmando que a defasagem salarial dos servidores do MPU de junho de 2006, data da aprovação do PCS III, até fevereiro de 2019, foi de 43,13% e, até março de 2020, de 49,55%.

Também foram abordadas as questões sobre as novas alíquotas previdenciárias implementadas pela última reforma previdenciária, incidentes sobre os vencimentos, o aumento da participação no Plan-Assiste e a inflação dos anos anteriores, visto que o plano de carreira aprovado em 2016 não foi suficiente para recompor as perdas acumuladas e aplacar a corrosão do poder aquisitivo da categoria.

“Defendemos o atendimento às reivindicações da categoria em dois PL’s distintos. Um de Carreira e um de reposição inflacionária”, frisou Costa Neto.

Plan-Assiste

Na reunião com o PGR, as entidades apontaram que há situações críticas a serem resolvidas no Plan-Assiste e durante os encontros virtuais com o SG apresentaram soluções práticas e voltaram a cobrar melhorias no plano.

“Essas reuniões têm possibilitado a construção de um importante espaço de debate, onde as demandas dos servidores têm sido apresentadas e encaminhadas ao PGR, que também tem se mostrado aberto ao diálogo com as entidades. Temos tudo para elaborar um plano de carreira que atenda às necessidades da categoria, e levar ao Congresso Nacional uma proposta de recomposição salarial justa”, afirmou Costa Neto.

Além do Sindjus-DF, representado pelos Coordenadores Costa Neto e Sueli Masala, participaram das reuniões Asmpf, Asempt, Asmip e Sindmpu.

Assine a petição-virtual do Sindjus-DF e outras entidades em prol do NS e ajude a fortalecer a nossa categoria

A petição virtual promovida pelo Sindjus-DF em parceria com Sintrajufe-CE, Sinpojufes, Sinje-CE, Sintrajufe-TO, Sindjuf-SE, Anatecjus, Agempoljus e Agempu em prol da viabilização do NS para técnicos está próxima da marca de cinco mil assinaturas.

O abaixo-assinado virtual está ganhando o apoio de servidores de todo o Brasil, que enxergam esse pleito como uma oportunidade da nossa categoria se fortalecer e conseguirmos equiparação salarial com carreiras análogas do Executivo e do Legislativo, compostas em sua maioria por cargos de nível superior.

Trata-se de uma luta legítima, que foi aprovada em todas as instâncias da nossa categoria, contando, inclusive, com o apoio de analistas e auxi-

liares, e de diversos magistrados e procuradores.

O tema já foi devidamente aprovado na última comissão de carreira instalada pelo STF e na Comissão de Carreira do MPU e só falta ser encaminhado, pelo Judiciário e pelo PGR, como anteprojetos de lei, ao Congresso Nacional.

O objetivo desse abaixo-assinado é justamente o de apressar esse envio, de modo que possamos atuar junto aos parlamentares para transformar o NS em realidade.

Se você ainda não assinou a petição, assine agora mesmo.

Se você já assinou, espalhe essa iniciativa, pedindo o apoio de seus colegas.

Assine abaixo-assinado virtual promovido pelo Sindjus-DF e outras entidades em favor do Nível Superior para Técnicos.



Utilidade Pública: Sindjus-DF alerta servidores sobre crescentes golpes de pirâmides financeiras

O Jurídico do Sindjus-DF identificou diversos servidores que tiveram prejuízos com o esquema de pirâmide financeira, que consiste no recrutamento progressivo de muitas pessoas, as famosas correntes, onde um indivíduo leva outro a entrar em determinada organização, cobrando uma taxa de entrada para a manutenção do modelo e oferecendo rendimentos vantajosos.

O sistema de pirâmide tem esse nome porque as pessoas da base, as últimas recrutadas, são as que garantem o ganho de quem está no topo. É um modelo insustentável a longo prazo, pois é necessário atrair cada vez mais pessoas para o falso investimento para que ele seja lucrativo.

Pirâmide financeira se baseia na oferta de dinheiro rápido e fácil. Inclusive, tais promessas são de ganhos muito maiores do que os de aplicações tradicionais do mercado financeiro.

Durante a pandemia, as pessoas estão mais vulneráveis a esse golpe, pois encontram-se em isolamento e com problemas financeiros.

Por necessidade ou ingenuidade, algumas pessoas entram em negócios que parecem ser lucrativos, mas que acabam sendo armadilhas para roubar o dinheiro das pessoas.

O esquema de pirâmide é um crime antigo contra a economia popular, previsto em lei desde 1951.

Contudo, a situação requer muito cuidado, pois mesmo ganhando ação judicial, o investimento dificilmente será recuperado, pois os responsáveis pelas pirâmides costumam desaparecer.

Prevenção

Desconfie de pessoas físicas ou empresas que ofereçam a possibilidade de ganhar dinheiro fácil e rápido.

Muito cuidado com o uso de palavras como: alta rentabilidade, baixo risco, ganho expressivo, retorno certo, lucro exorbitante.

Procure informações substanciais sobre onde você está aplicando o seu dinheiro. Embora as pirâmides façam muita publicidade, inclusive, utilizando depoimentos pessoais, é preciso questionar os fundamentos do negócio, investigando a fundo o que está sendo oferecido a você.

Entender as características de uma pirâmide financeira é o primeiro passo para evitar cair nesse golpe.

Se você deseja investir melhor o seu dinheiro de maneira segura, procure profissionais especializados.



Exemplo de Pirâmide

Maria cria uma pirâmide, portanto, ela está no primeiro nível. Logo, Maria convida outras 10 pessoas para investir nesse produto financeiro, que formarão o segundo nível. O esquema já possui R\$ 100 mil em capital (R\$ 10 mil X 10 pessoas). A partir disso, Maria convence os integrantes do segundo nível a recrutar mais 10 pessoas cada prometendo participação maior nos lucros. Com isso, o terceiro nível passa a ser formado por 100 pessoas, e o patrimônio total do esquema chega a R\$ 1,1 milhão. E, nessa mesma lógica, serão formados os demais níveis em um sistema fadado ao fracasso, pois não existe dinheiro suficiente para pagar todos os investidores, de modo que só quem está no topo da pirâmide vai lucrar.

Mandalas

Em 2017, a pirâmide financeira surgiu com um novo formato: a mandala, um esquema de captação pelas redes sociais.

Você já ouviu os nomes “Mandala da Prosperidade” ou “Tear dos Sonhos”? Pois bem, essa pirâmide é voltada especialmente para mulheres, que são convidadas para um negócio que está se expandindo através de videoconferências no Zoom. Em tempos de pandemia, a isca está sendo virtual.

Para a mandala “rodar” é necessário a entrada de novos integrantes. O negócio pede depósitos de R\$ 5.000 para entrar no esquema, que está disfarçado de “economia solidária”. O discurso é o mesmo, a participante ganha dinheiro ao indicar outras mulheres para o investimento, formando uma rede de indicações com direito a supostos benefícios.

Nesse sentido, o Sindjus-DF orienta a todos a ter muito cuidado e desconfiar de produtos dessa natureza que lhes sejam apresentados, para não ser lesados. Denuncie também à polícia para que outros não venham a cair nessa armadilha e sejam prejudicados.





Nova gestão do STJ e CJF assume na quinta-feira (27/8) e Sindjus-DF prepara pauta com temas de interesse da categoria

Nesta quinta-feira (27/08), os ministros Humberto Martins e Jorge Mussi tomam posse, respectivamente, como os novos presidente e vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF) – biênio 2020-2022.

Por questões de segurança em razão da pandemia da coronavírus, a solenidade de posse, marcada para as 17 horas, será restrita ao público, haverá apenas a mesa de

autoridades no Tribunal com transmissão ao vivo pela TV Justiça e pelo canal do STJ no YouTube.

O Sindjus-DF deseja sucesso aos novos presidente e vice-presidente do STJ e CJF, e destaca a necessidade de abertura de interlocução com as entidades representativas dos servidores e manutenção de diálogo constante que priorize e possibilite o encaminhamento das demandas da categoria naquela Corte.

Nesse sentido, o Sindjus-DF prepara uma pauta com temas específicos e gerais pertinentes à categoria para ser encaminhada e discutida em futura audiência com a nova gestão.

Para o coordenador-geral do Sindjus-DF Costa Neto: *“nossa expectativa é que tenhamos, com essa nova gestão, um espaço maior de interlocução e de diálogo no âmbito do STJ. Aguardamos um posicionamento nesse sentido por parte do novo Presidente da Corte, de modo que possamos construir a melhor relação possível. O Sindicato se coloca à disposição para dialogar e levar adiante as pautas prioritárias da categoria, bem como a defesa dos interesses e direitos dos servidores do STJ e de todo o PJU/MPU”.*

STF vai discutir redução de jornada para servidor que tenha filho com deficiência

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai decidir se é possível a redução da jornada de trabalho do servidor público que tenha filho ou dependente com deficiência. A matéria será discutida no Recurso Extraordinário (RE) 1237867, que teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário Virtual (Tema 1097).

O recurso foi interposto por uma servidora pública estadual contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) que negou a ela o direito de ter sua jornada de trabalho reduzida em 50%, sem necessidade de compensação ou prejuízo de seus vencimentos, para que pudesse se dedicar aos cuidados da filha com necessidades especiais. O TJ-SP fundamentou seu entendimento na ausência de previsão legal desse direito.

Luta do Sindjus-DF

A redução da jornada do servidor que tenha filho ou dependente com deficiência tem sido um dos destaques da atuação do Sindjus-DF que, por meio de seu Núcleo de Inclusão, tem feito uma defesa incisiva da pauta deste segmento. Esse tema tem sido objeto de articulações administrativas e ações jurídicas desenvolvidas pelo Sindicato, conseguindo várias vitórias para os servidores que não podiam gozar da redução de jornada. Um dos maiores problemas, segundo o Sindicato, é a falta de padronização, de modo que alguns tribunais até reduzem a jornada em 50% enquanto outros diminuem apenas uma hora da jornada diária desses servidores.





“É preciso acompanhar atentamente o julgamento do STF para que esse direito seja devidamente reconhecido e os servidores não precisem demandar tamanhos esforços para conseguir algo tão fundamental para o cuidado da pessoa com deficiência. É momento de se fazer justiça aos servidores públicos que se encontram nessa condição, de modo que eles possam se dedicar aos seus filhos e dependentes em uma rotina que tem suas particularidades e demanda muita atenção e dedicação por parte dos pais e responsáveis” afirmou o coordenador-geral do Sindjus-DF, Abdias Trajano Neto.

Direitos das Pessoas com Deficiência

No RE, a servidora afirma que sua filha, em razão de Transtorno do Espectro Autista, depende dos seus cuidados em todos os atos cotidianos e, portanto, precisa de acompanhamento constante, e não apenas nas diversas terapias que frequenta. Ela aponta violação à Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo 186/2008 e com status equivalente ao das emendas constitucionais.

Segundo argumenta, o documento estabelece, entre outros pontos, que os Estados-parte devem assegurar às crianças com deficiência iguais direitos em relação à vida familiar, a um padrão adequado de vida para si e para suas famílias e à melhoria contínua de suas condições de vida. Prevê, ainda, que o estado deverá tomar todas as

medidas necessárias para assegurar às crianças com deficiência o pleno desfrute de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, garantindo, inclusive, que recebam atendimento adequado à deficiência e à idade.

Manifestação

O relator do recurso, ministro Ricardo Lewandowski, em manifestação no Plenário Virtual pela repercussão geral, afirmou que a causa extrapola os interesses das partes envolvidas, pois a questão central dos autos alcança os órgãos e as entidades da administração pública de todos os estados da federação e dos municípios que não tenham legislação específica sobre o tema.

Do ponto de vista jurídico, o ministro observou que o esclarecimento da causa permitirá uniformizar o entendimento do Poder Judiciário e evitar que situações semelhantes tenham desfechos opostos. Também está presente, para Lewandowski, a relevância social, diante do evidente interesse de crianças com deficiência ou necessidades especiais. Por fim, o ministro destacou os reflexos econômicos e administrativos advindos de decisões sobre o tema, o que justifica uma análise mais aprofundada da questão pelo Supremo.

Com informações da Assessoria de Imprensa do STF

Sindjus-DF manifesta repúdio a novo ataque contra a Justiça do Trabalho

A reportagem da Folha de S. Paulo publicada no dia 19/08/2020 com o título “Julgamentos caem 60% na Justiça do Trabalho, e corregedoria cobra audiências em vídeo” evidencia que os ataques contra a Justiça do Trabalho continuam.

De forma sensacionalista, a matéria afirma que a produtividade da Justiça do Trabalho despencou com a pandemia da Covid-19, alardeando que o número de julgamentos caiu 60,1% no segundo trimestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019.

O texto ainda aborda a inconstância na realização de audiências na fase inicial, informando que a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho cobra de três TRTs mais atividades por vídeo.

Uma das fontes ouvidas foi a presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), Noemia Porto, que pediu cautela.

“O juiz não pode ser analisado na perspectiva de número nem a Justiça, porque não são máquinas”. Segundo Porto, a pandemia colocou magistrados diante de novos desafios. Ela afirma que neste momento processos coletivos têm prioridade de julgamento. “Não são [ações] de simples solução. Uma coisa é produzir uma sentença trivial, do seu dia a dia. Esse tipo de processo da pandemia, com necessidade de resposta rápida, requer envolvimento do juiz de modo diferenciado”, diz.

Em nota, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, comandada pelo ministro do TST Aloysio Corrêa da Veiga, afirma que a produtividade “foi bastante satisfatória no período de pandemia”.

A matéria também ressalta que o TST apresentou maior produtividade. A corte julgou 3,4% mais processos no segundo trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2019. Foram 103,4 mil ante 100 mil.

Na opinião do Sindjus-DF, não há motivo para esse estardalhaço pelo meios de comunicação nem para construção de falsas análises que venham a prejudicar a boa

imagem da Justiça do Trabalho. Afinal, não se pode afirmar que foram julgados 60% menos processos sem registrar que houve, no segundo trimestre, redução de 30,6% no volume de processos recebidos. De abril a junho deste ano, chegaram aos juízes de primeira instância 337,1 mil ações. No ano passado, no mesmo período, chegaram 485,8 mil.

A queda é normal em razão do isolamento social e das restrições trazidas pela pandemia. Além disso, todos tiveram que se adaptar a essa nova realidade, inclusive magistrados e servidores, e é natural que alguns tribunais demorem mais que outros para encontrar o seu ritmo, levando em conta dificuldades estruturais de cada região, afinal, estamos em um país continental.

O que se vê é a continuidade dos ataques à Justiça do Trabalho, mais uma tentativa de desqualificar esse ramo fundamental do Poder Judiciário que promove justiça social e está na mira do governo, de parlamentares e de grandes empresários que insistem no discurso de que a JT “protege” os trabalhadores.

O Sindjus-DF repudia esse tipo de jornalismo tendencioso e exige respeito aos servidores da Justiça do Trabalho que, mesmo durante a pandemia, estão dando o seu melhor para manter o Poder Judiciário em funcionamento.

“Não podemos nos basear em números soltos. Continuamos defendendo o regime prioritário de teletrabalho a todos os servidores do Poder Judiciário e do MPU, pois o número de novos casos e óbitos em razão do coronavírus no Brasil ainda são assustadores. Não podemos arriscar vidas por conta de estatísticas que não têm o menor fundamento. Não se pode falar da Justiça do Trabalho sem conhecer profundamente a sua realidade. Desde que foi instituída pela Constituição de 1934, a Justiça do Trabalho se tornou indispensável à manutenção do Estado Democrático de Direito no sentido de equilibrar as relações entre patrões e empregados. O Sindjus-DF, que já desenvolveu várias campanhas em defesa da Justiça do Trabalho, não vai admitir que vidas sejam colocadas em risco por conta de questões políticas”, afirmou o coordenador-geral do Sindjus-DF, Costa Neto.



Sindjus-DF informa à categoria sobre destaques da semana que estão na pauta do Congresso e do STF

Como de costume, às segundas-feiras o Sindjus-DF divulga a agenda de destaques do Congresso Nacional e do STF, buscando informar à categoria sobre matérias e julgamentos relevantes, bem como embasar a nossa luta conjunta. De forma atuante, o Sindicato tem acompanhado de forma minuciosa os temas que dizem respeito direta ou indiretamente aos servidores públicos, agindo prontamente em defesa dos interesses da nossa base. O levantamento é feito pela Queiroz Assessoria Parlamentar e Sindical, que tem trabalhado em sintonia com a atual Direção do Sindjus-DF, tanto na apuração de informações como na articulação junto com parlamentares, lideranças e bancadas. Um trabalho de excelência, com a devida credibilidade, em prol dos servidores do Poder Judiciário e do MPU.

A Câmara dos Deputados poderá apreciar o Projeto de Lei (PL) 6407/2013, sobre o novo Marco Legal do Gás Natural; o PL 5919/2019, sobre a criação do Tribunal Regional da 6ª Região; o PL 5977/2019, que trata da transformação de cargos vagos de juiz federal substituto no Quadro Permanente da Justiça Federal, em cargos de juiz dos TRFs; o PL 1485/2020, que duplica as penas dos crimes contra a administração pública durante o estado de calamidade; o PL 6229/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.

O Plenário, ainda, poderá deliberar as Medidas Provisórias (MPs) 960/2020, que prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previsto em regime de drawback; e a MP 961/2020, que autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

O Senado Federal poderá votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 26/2020, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Além disso, os senadores poderão votar convite para que o ministro da Economia preste esclarecimentos sobre sua declaração em que imputou crime ao Senado pela derrubada de um veto presidencial.

No Congresso Nacional, a Comissão Mista da COVID 19 promoverá audiência pública para debater os principais riscos fiscais e macroeconômicos da Covid19.

STF

O Plenário do Supremo Tribunal Federal poderá julgar Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a aposentadoria especial de professor e sobre o índice de correção monetária a ser adotado em débitos trabalhistas.v

Assine abaixo-assinado virtual pelo Direito de Advogar aos servidores do PJU e MPU e fortaleça nossa categoria

O Sindjus-DF e outras entidades estão promovendo um abaixo-assinado virtual pelo direito de advogar aos servidores do PJU e MPU, uma vez que hoje mesmo aqueles que possuem registro na OAB são impedidos de exercerem a profissão.

A ideia é pressionar os órgãos do Poder Judiciário e do MPU no sentido de que eles se empenhem na flexibilização da atual vedação, que impede integralmente os servidores da nossa categoria de advogarem em qualquer área. O abaixo-assinado será entregue aos presidentes dos tribunais superiores e do TJDF, dos Conselhos e ao PGR.

Em outras carreiras, servidores podem advogar desde que fora da esfera onde exercem atividade laborativa.

Nossa luta é pelo bom-senso, pela isonomia e para trazer justiça a esses profissionais que podem advogar em harmonia com suas atribuições como servidores.

Se você ainda não assinou a petição eletrônica, a hora é agora.

Se você já contribuiu com esse abaixo-assinado, fortaleça essa ideia divulgando aos seus amigos e colegas.

**Assine abaixo-assinado
promovido pelo Sindjus-DF
em defesa do direito de advogar
aos servidores do PJU/MPU**

